

# É hora de ousar!

## **Novo manifesto dos professores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS: em favor da adoção de políticas públicas efetivas para o combate aos impactos da pandemia**

Em 25 de março do corrente ano, a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE-UFRGS) lançou o Manifesto “**Diretrizes e medidas de combate à pandemia do coronavírus e para a recuperação da economia**”.

Procurava-se, naquele momento, fazer um mapeamento inicial sobre as medidas adotadas em diversos países para lidar com os efeitos primários e secundários da pandemia. E, mais importante, foram apresentadas inúmeras sugestões para seu enfrentamento no caso do Brasil.

Em continuidade, a FCE-UFRGS passou a disponibilizar trabalhos de docentes no seu portal e redes sociais, detalhando vários dos aspectos delineados no Manifesto e oferecendo novas perspectivas de análise e sugestões de reorientação de políticas nas suas diversas áreas de especialidade. Visto em perspectiva mais ampla, a Faculdade procura se alinhar ao esforço mais geral da UFRGS em mobilizar seus talentos e competências para contribuir com as sociedades sul-rio-grandense e brasileira em um momento tão dramático de nossa história.

Agora, voltamos a nos manifestar de forma coletiva para conclamar os tomadores de decisão e a sociedade em geral a se mobilizar no enfrentamento do que consideramos ser os maiores obstáculos diante de nós: **a falta de conhecimento sobre a realidade objetiva e o obscurantismo ideológico**. E convidamos professores e investigadores de economia e economistas de várias instituições para se somarem ao nosso chamado em prol da razão e do conhecimento científico.

A realidade reconhecida pelo mundo civilizado é de que a crise atual é extremamente grave em todas as suas dimensões (ver, a propósito, [www.imf.org/en/Publications/SPROLLs/covid19-special-notes](http://www.imf.org/en/Publications/SPROLLs/covid19-special-notes); [www.iif.com](http://www.iif.com); [voxeu.org](http://voxeu.org); [www.un.org/en/coronavirus](http://www.un.org/en/coronavirus); e [www.ineteconomics.org](http://www.ineteconomics.org)). Mesmo que com hesitações iniciais, as autoridades sanitárias das regiões mais fortemente atingidas pela pandemia adotaram políticas de distanciamento social e, no limite, quarentenas extremamente restritivas. Isto foi feito para “achatar a curva epidemiológica”, vale dizer, para refrear a contaminação e salvar vidas humanas.

Até aqui, há evidências de que as lideranças políticas e sociais que seguiram as orientações dos especialistas nas áreas da saúde e em outras áreas de conhecimento lograram minimizar os sofrimentos individuais e coletivos de suas comunidades. Já os que se afastaram deste caminho parecem contribuir para que as dificuldades em curso se potencializem. Somente no futuro teremos elementos mais objetivos para analisar o que funcionou e o que não deu certo na luta contra um inimigo tão perigoso.

No momento, trata-se de agir, com ousadia e contundência. Na área da saúde, os especialistas trabalham de forma diuturna para a descoberta de vacinas e tratamentos comprovadamente seguros, o que dará a tranquilidade para que a vida social e econômica se normalize. Já na área da economia, há vacinas testadas, cujos benefícios e riscos são relativamente conhecidos e manejáveis. Em especial, a Ciência Econômica provê alternativas para o equacionamento de crises econômicas. Exemplos neste sentido

são os novos esquemas de financiamento e redistribuição dos riscos financeiros em contextos de graves rupturas econômicas, como nos casos das crises financeiras de 1929 (a “Grande Depressão”) e de 2007-2009 (a “Grande Recessão”).

O ambiente que se seguiu à crise de 1929 foi propício para o desenvolvimento dos instrumentos modernos de gestão macroeconômica e de regulação financeira. Depois de 2008, com uma nova ruptura nos sistemas financeiros das economias maduras, as autoridades monetárias voltaram a ousar. Os bancos centrais ampliaram a liquidez global e financiaram seus Tesouros e instituições privadas pela compra de ativos e expansão dos seus balanços. Agora, uma vez mais, as autoridades monetárias não estão se furtando a agir e “criam moeda” para financiar suas economias e absorver o risco sistêmico.

Em 2007, antes da crise financeira global, os balanços dos bancos centrais dos Estados Unidos, da área do Euro, do Japão e da China somavam ativos da ordem de US\$ 5 trilhões. Em março de 2020, tal montante chegou a US\$ 21,6 trilhões (dados consolidados em: [www.yardeni.com/pub/peacockfedecbassets.pdf](http://www.yardeni.com/pub/peacockfedecbassets.pdf)). Portanto, em pouco mais de uma década, os bancos centrais quadruplicaram os meios de pagamento de suas economias sem que isso gerasse qualquer pressão significativa sobre os preços de bens e serviços. Da mesma forma, as expectativas inflacionárias seguiram estáveis. A maior expansão de liquidez da história conhecida não gerou inflação adicional significativa naquelas economias.

Sabemos que esta política tinha por objetivo manifesto evitar uma queda generalizada nos preços dos ativos financeiros, o que poderia agravar ainda mais a crise financeira que então se desenhou como a maior desde 1929. E, com isso, foram evitadas repercussões ainda mais negativas sobre o emprego e a renda. Retrospectivamente, não parece haver dúvidas de que tal estratégia foi bem-sucedida. Porém, também sabemos que, no modo como foi conduzida, gerou efeitos colaterais bastante negativos, como a ampliação dos desequilíbrios distributivos e a perda de confiança das sociedades na democracia.

Na atual conjuntura, a “máquina de criar dinheiro” dos Estados nacionais voltou a ser acionada. Assim, por exemplo, o balanço do FED reportou ativos totais de US\$ 6,6 trilhões no dia 30 de abril de 2020, com um aumento de mais de 50% em comparação com os valores observados no começo do ano. O ritmo atual de compra de ativos (e criação de liquidez) do banco central estadunidense é de cerca de US\$ 40 bilhões por dia útil. Tais medidas intensificaram um importante debate em teoria econômica sobre possíveis consequências, sendo uma delas a inflação. Porém, a inflação segue bem-comportada, até porque o avanço corrente no desemprego é o mais rápido que se tem registro na história moderna. Como imaginar que haverá pressões inflacionárias diante de um quadro dramático no qual 30 milhões de estadunidenses perderam seus empregos em pouco mais de um mês? A realidade estadunidense não é isolada e reflete a profundidade da crise em curso.

Diante desta realidade complexa, os signatários deste documento reconhecem que as medidas já anunciadas pelo governo federal do Brasil de apoio às famílias, às empresas e aos governos locais (municípios e estados) se alinham às tendências globais exigidas pela gravidade do momento. Saudamos, também, o Congresso Nacional, que não tem se furtado no cumprimento de sua missão institucional. E, com renovada admiração, manifestamos o nosso mais profundo apreço pelo trabalho dos profissionais da área da

saúde, especialmente aqueles dedicados ao SUS e às instituições públicas de ensino e de pesquisa.

Todavia, entendemos que o debate brasileiro precisa amadurecer e que as políticas públicas precisam ser mais robustas e ousadas. Não podemos ficar presos aos preconceitos ideológicos e às falsas dicotomias. A pandemia do COVID-19 é uma tragédia humanitária de grandes proporções e está produzindo efeitos profundamente disruptivos sobre a sociedade. As perdas de vida e os adoecimentos gerados pela emergência sanitária suscitam absoluta solidariedade com as famílias diretamente afetadas e a necessidade de implantação de medidas efetivas no sentido de mitigar mortes e sofrimentos, bem como de resgatar a esperança em nossa economia e sociedade. Neste contexto, o Estado brasileiro precisa contar com um arsenal mais amplo e efetivo de instrumentos de política econômica.

Até o momento, a medida mais efetiva de combate à pandemia reside no distanciamento social. A adoção da estratégia de isolamento social implica dificuldades para todos, em especial para os mais pobres e mais frágeis diante da ruptura do fluxo da atividade econômica. Os impactos são conhecidos por todos; associam-se à redução da produção e da demanda por bens e serviços. Afetam de modo particularmente severo as famílias de menor renda, sobretudo aquelas cuja inserção laboral ocorre no setor de serviços.

Empresas, especialmente as micro, pequenas e médias, sofrem significativos prejuízos que ameaçam sua existência. União, Estados e Municípios defrontam-se com o desafio imediato de custear as ações de combate à disseminação da doença e de tratamento dos infectados, bem como de minimizar os impactos sociais e econômicos da emergência sanitária, num contexto de forte contração da arrecadação tributária.

Assim, diante das graves condições em que o país se encontra, este Manifesto conclama o Congresso Nacional e as lideranças da sociedade que reconheçam a importância das experiências internacionais mais bem-sucedidas no enfrentamento das crises econômicas, particularmente a atual. E, com isso, que promovam as medidas necessárias para minimizar os seus efeitos no Brasil. Em especial, enfatiza-se aqui a adoção das seguintes medidas e diretrizes, algumas delas adicionais àquelas anunciadas no Manifesto de março:

- Permitir que, em caráter excepcional, o Banco Central possa comprar títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional.
- Financiar programas de transferência de renda para os segmentos mais vulneráveis da sociedade por meio da emissão de dívida pública a ser adquirida pelo Banco Central do Brasil (BCB). O tamanho destes programas deverá ser calibrado em função do contingente de pessoas que está sem ocupação no período da pandemia.
- Financiar programas de expansão sustentada e de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), igualmente por meio da emissão de dívida pública a ser adquirida pelo Banco Central do Brasil, ampliando a oferta de serviços públicos de saúde à população.
- O mesmo expediente deverá ser utilizado, também em caráter excepcional, quando da retomada das atividades econômicas por meio de programas de obras públicas, com foco no investimento amplo em saneamento, inclusive para fins de absorção da mão de obra ociosa ainda por decorrência da maior vulnerabilidade do tecido econômico. Em termos gerais, o investimento em infraestrutura deverá necessariamente contemplar recursos públicos e privados.

- Interromper imediatamente a política de venda de reservas internacionais. As pressões no mercado cambial devem ser minimizadas por instrumentos alternativos, como a venda de contratos de *swap*. As vendas pontuais de ativos de reserva devem ser feitas somente com compromisso de recompra, de modo a preservar a integralidade dos seus níveis atuais.
- Usar integralmente os saldos dos depósitos compulsórios para o financiamento de um programa de investimentos públicos e privados em infraestrutura, com ênfase em obras de saneamento, habitação, transporte público, energias renováveis e preservação do meio ambiente. No final de abril de 2020, tal saldo era de R\$ 383 bilhões (ou 5,2% do PIB). A emissão de títulos públicos e o uso dos fundos constitucionais poderá complementar este esforço. Os bancos públicos, especialmente os federais, deverão ser os instrumentos centrais para a realização das operações de financiamento.
- Reconstituir os níveis de financiamento à pesquisa básica e aplicada aos padrões reais médios do período 2012-2015 (com reposição integral da inflação), particularmente dos órgãos federais de fomento e pesquisa (CNPq, Capes, Finep, Fiocruz etc.).

Nas sociedades modernas, uma das principais dimensões da posição peculiar ocupada pelo Estado é o monopólio na emissão de meios de pagamento. Em momentos de crise, “cria” poder de compra geralmente direcionado aos bancos com os objetivos de preservar a higidez do setor e fornecer recursos aos agentes econômicos por meio de operações de crédito. No entanto, a crise atual exige bem mais do que isto. É necessário um esforço sistêmico para transferir poder de compra diretamente às famílias mais fragilizadas; às empresas comprometidas com a sustentação do emprego; aos Estados e municípios, entes federativos responsáveis pela prestação direta de serviços essenciais à cidadania brasileira e que enfrentam forte retração em sua arrecadação. E para que a própria União consiga agir de modo eficiente na retomada da economia.

As iniciativas que listamos aqui, se bem coordenadas entre as diferentes esferas de governo, poderão oferecer ao país uma retomada da atividade econômica com um horizonte de desenvolvimento de longo prazo. O norte orientador das políticas econômicas deve ser o de minimizar toda a forma de sofrimento desnecessário, particularmente aquele que ameaça as nossas famílias e empresas. Ainda que não componham uma lista exaustiva, as medidas e diretrizes arroladas indicam vetores básicos para uma política de recuperação e desenvolvimento econômico que responda às necessidades efetivas do país como um todo e não apenas de grupos mais bem aquinhoados.

Os signatários deste documento acreditam que é um imperativo moral lançar mão de todas as ferramentas e instrumentos de política econômica utilizados com sucesso em outros países, especialmente por meio da expansão quantitativa do balanço do Banco Central. Restrições auto impostas e posições dogmáticas operam apenas no sentido de potencializar os danosos efeitos da crise sobre o tecido social. O momento demanda um compromisso decisivo de todos com a solidariedade social. Com base na experiência internacional recente e diante da forte depressão econômica em gestação, entendemos que a injeção de dinheiro novo na economia pela compra de títulos do Tesouro por parte do BCB poderá criar o necessário poder de mobilizar fatores produtivos, sem gerar pressões inflacionárias significativas no curto prazo. Se este risco se colocar no futuro, o BCB poderá atuar no sentido de preservar a estabilidade monetária e financeira.

**Enfatizamos que tal medida deverá ter um caráter excepcional e não substitui o importante debate sobre a reorganização das finanças públicas do país.** Assim como no caso da saúde, acreditamos que as políticas públicas na área econômica precisam se fundar em preceitos científicos e morais. A ciência nos fornece elementos objetivos de observação da realidade, ao passo que a moral no indica quais caminhos devem ser trilhados para preservar a coesão social e garantir que as pessoas possam desenvolver plenamente os seus potenciais.

Os signatários deste documento, não obstante suas distintas visões de mundo e mesmo sobre pormenores da aplicação das medidas acima listadas, compartilham o desejo de se construir uma sociedade mais justa e valorizam o debate público racional e o respeito à pluralidade. Entendemos que o obscurantismo ideológico, em todas as suas formas de manifestação, representa um grave obstáculo a ser superado para que a sociedade brasileira possa sair deste momento de crise. E, acima de tudo, acreditamos na importância da educação e da ciência, que são as fronteiras últimas que nos separam da barbárie.

**Subscvem os professores ativos e aposentados da Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS (em ordem alfabética / atualizado em 7 de maio):**

**Achyles Barcelos da Costa**

Doutor em Economia, UFRJ

**Alessandro Donadio Miebach**

Doutor em Economia, PUCRS

**Ana Lúcia Tatsch**

Doutora em Economia, UFRJ

**André Luiz Reis da Silva**

Doutor em Ciência Política, UFRGS

**André Moreira Cunha**

Doutor em Ciência Econômica, UNICAMP

**Andrés Ernesto Ferrari Haines**

Doutor em Economia, UFRGS

**Antonio Ernani Martins Lima**

Doutor em Economia, UFRGS

**Ario Zimmermann**

Mestre em Economia, UFRGS

**Carlos Henrique Vasconcellos Horn**

Doutor em Industrial Relations, London School of Economics and Political Science

**Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Neto**

Doutor em Economia, UNICAMP

**Carlos Schönerwald**

Doutor em Economia, University of Utah

**Cláudio Francisco Accurso**

Mestre em Economia, Escolatina, Chile

**Daniela Dias Kühn**

Doutora em Desenvolvimento Rural, UFRGS

**Duilio da Avila Bêrni**

Doutor em Economia, University of Oxford

**Eduardo Ernesto Filippi**

Doutor em Economia Política, Université de Versailles

**Fabian Scholze Domingues**

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

**Fernando Ferrari Filho**

Doutor em Economia, USP

**Flávio Fligenspan**

Doutor em Economia, UFRGS

**Flavio Vasconcellos Comim**

Doutor em Economia, University of Cambridge

**Gabriela Peixoto Coelho de Souza**

Doutora em Botânica, UFRGS

**Gentil Corazza**

Doutor em Ciência Econômica, UNICAMP

**Glaison Augusto Guerrero**

Doutor em Economia, UFRGS

**Glaucia Campregher**

Doutora em Economia, UNICAMP

**Glauco Schultz**

Doutor em Agronegócios, UFRGS

**Helio Afonso de Aguiar Filho**

Doutor em Economia, UFRGS

**Hélio Henkin**

Doutor em Economia, UFRGS

**Henrique Morrone**

Doutor em Economia, University of Utah

**Hermógenes Saviani Filho**

Doutor em Economia, UFRGS

**Jacqueline Angélica Hernández Haffner**

Doutora em História Econômica, PUCRS

**Janice Dornelles de Castro**

Doutora em Saúde Coletiva, UNICAMP

**João Armando Dessimon Machado**

Doutor em Economia Agroalimentar, Universidade de Córdoba, Espanha

**José Antônio Lummertz**

Mestre em Economia, UFRGS

**Julio Cesar de Oliveira**

Doutor em Economia, UFRGS

**Karen Sttallbaum**

Mestre em Economia, UFRGS

**Leandro Valiati**

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

**Leonardo Xavier da Silva**

Doutor em Economia, UFRGS

**Leonel Toshio Clemente**

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

**Lovois de Andrade Miguel**

Doutor em Desenvolvimento Rural, Institut National Agronomique Paris-Grignon (INA-PG)

**Luiz Augusto Faria**

Doutor em Ciências, UFRJ

**Luiza Peruffo**

Doutora em Politics and International Studies, University of Cambridge

**Maria Alice Lahorgue**

Doutora em Economia pela Université de Paris 1

**Maria Aparecida Grendene de Souza**

Mestre em Economia, UFRGS, e Servidora aposentada do Banco Central do Brasil

**Maria de Lurdes Furno da Silva**

Doutora em Economia, UFRGS

**Marcelo Antonio Conterato**

Doutor em Desenvolvimento Rural, UFRGS

**Mauricio Andrade Weiss**

Doutor em Teoria Econômica, UNICAMP

**Nilton Pinho de Bem**

Doutor em Desenvolvimento Rural, UFRGS

**Octavio A. C. Conceição**

Doutor em Economia, UFRGS

**Paulo D. Waquil**

Doutor em Economia Agrícola, University of Wisconsin

**Pedro Cezar Dutra Fonseca**

Doutor em Economia, USP

**Ricardo Dathein**

Doutor em Economia, UNICAMP

**Róber Iturriet Avila**

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

**Ronaldo Herrlein Jr.**

Doutor em Economia, UNICAMP

**Rumi Regina Kubo**

Doutora em Antropologia Social, UFRGS

**Sabino da Silva Porto Júnior**

Doutor em Economia, UFRGS

**Silvia Regina Feraboli**

Doutora em Política e Estudos Internacionais, SOAS, University of London

**Stéfano Florissi**

Doutor em Economia, University of Illinois

**Veronica Korber Gonçalves**

Doutora em Relações Internacionais, UnB

**Wendy Beatriz Witt Haddad Carraro**

Doutora em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

**Aderem como signatários (em ordem alfabética / atualizado em 7 de maio):**

**Adalmir Marquetti**

Doutor em Economia, New School for Social Research  
Professor da PUCRS

**Adriano Vilela Sampaio**

Doutor em Economia, Unicamp  
Professor da UFF

**Alberto Marcos Nogueira**

Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS  
Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria de Planejamento do RS

**Alex Leonardi**

Doutor em Agronegócios, UFRGS  
Professor de Economia, FURG

**Aline Gazola Hellmann**

Doutora em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

**Allan Santin Garcia**

Bacharel em Ciências Econômicas e Especialista em Gestão Pública, UFRGS  
Funcionário público efetivo da Câmara Municipal de Porto Alegre

**Alysson Lorenzon Portella**

Doutorando em Economia, Insper

**Ana Maria Rita Milani**

Doutora em Economia, UFRGS  
Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL

**Anderson Tadeu Marques Cavalcante**

Doutor em Economia, University of Cambridge  
Professor da UFMG

**Andre da Silva Pereira**

Doutor em Economia, UFRGS  
Professor da UPF

**André Roncaglia**

Doutor em Economia do Desenvolvimento, USP  
Professor da EPPEN-UNIFESP e pesquisador do CEBRAP

**Anelise Manganelli**

Mestre em Economia, PUCRS  
Técnica do DIEESE

**Angela Welters**

Doutora em Desenvolvimento Econômico, UNICAMP  
Professora da UFPR

**Augusto Neftali Corte de Oliveira**

Doutor em Ciência Política, UFRGS  
Professor da PUCRS

**Benedito Tadeu César**

Doutor em Ciências Sociais, Unicamp  
Professor aposentado, UFRGS

**Ben-Hur Petry**

Mestrando em Economia, UFRGS



**Caio César A. B. L. Silva**

Mestrando em Economia Aplicada, Universidade Federal de Ouro Preto

**Camille Amorim Leite Ribeiro**

Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais, PPGEEI/UFRGS

**Carlos Renato Ungaretti**

Especialista em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas, PPGEEI

Mestrando do PPGEEI/UFRGS

**Carlos Roberto Gabriani**

Doutor em Economia, UFRGS

Professor do Curso de Ciências Econômicas da UFMS

**Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó**

Doutora em Economia, University College London

Professora da UFF

**Cassiane Velho**

Mestre em Engenharia de Produção, UFRGS

Professora do DCCA/UFRGS

**Caterina Groposo Pavão**

Doutora em Comunicação e Informação, UFRGS

**Christian Velloso Kuhn**

Doutor em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Professor do Instituto Profecom

**Clarissa Black**

Doutora em Economia, UFRGS

**Clesio Lourenço Xavier**

Doutor em Ciência Econômica, UNICAMP

Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais, UFU

**Clúvio Soares Terceiro**

Doutor em Educação, UFRGS

Professor de Administração do IFRS, Campus Porto Alegre

**Cristiano Trucolo Rodrigues**

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

**Cristina Pereira Vieceli**

Doutoranda em Economia, UFRGS

Técnica do DIEESE

**Daniela Magalhães Prates**

Economista Sênior da Divisão de Globalização e Desenvolvimento da UNCTAD e

Professora Licenciada do Instituto de Economia da UNICAMP

**Débora Machado Nunes**

Doutoranda em Economia e Assistente pós-graduada de ensino, Colorado State University

**Eliane Maria Severo Gonçalves**

Especialista em Gestão de Bibliotecas Universitárias, UFRGS

**Ely José de Mattos**

Doutor em Economia, UFRGS

**Fábio Henrique Bittes Terra**

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da UFABC

**Felipe Santos Tostes**

Doutor em Economia, UFF

Professor do Departamento de Economia, UFF/Campos

**Felipe Resende Oliveira**

Doutor em Economia, UFPE

Professor da UFMT

**Fernanda Castilhos França de Vasconcellos**

Doutoranda em Desenvolvimento Rural, UFRGS

**Fernanda Feil**

Doutoranda em Economia, UFF

**Fernanda Ultremare**

Doutora em Ciências Econômicas, UNICAMP

Professora da UFRN

**Fernanda Valada**

Mestre em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

Indigenista Especializada, FUNAI

**Fernando Augusto Mansor de Mattos**

Doutor em Ciência Econômica, UNICAMP

Professor da UFF

**Flávio Vilela Vieira**

Doutorado em Economia, University of New Hampshire

Professor do IERI-UFU

**Flavio Tosi Feijó**

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da FCE/UFRGS, em colaboração técnica na UnB

**Gabriel Galípolo**

Mestre em Economia, PUC-SP

**Giliad de Souza Silva**

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Unifesspa

**Giovanni dos Santos**

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

**Graziele Araujo Silvestrin**

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

**Guilherme Grandi**

Doutor em História Econômica, USP

Professor da FEA/USP

**Gustavo Souto de Noronha**

Doutorando em Economia, UFF

Economista do INCRA e professor da UNESA

**Gustavo Teixeira Ferreira da Silva**

Doutorando em Economia, UFF

**Henrique de Abreu Grazziotin**

Doutorando em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

**Herton Castiglioni Lopes**

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da UFFS

**Iracema Keila Castelo Branco**

Mestre em Economia, PUCRS

Economista da SEPLAG-RS

**Ivan Colangelo Salomão**

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da UFPR

**Jailson Coelho**

Mestre em Economia, UFSC

Doutor em Engenharia de Produção- UFSC

**Jonattan Rodriguez Castelli**

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, UEMS

**José Elesbão de Almeida**

Doutor em Economia, UFRGS

Professor da UERN

**José Miguel Pretto**

Doutor em Políticas Sociais e Direitos Humanos, UCPEL

**Júlia Teixeira Leal**

Doutoranda em Economia, UFF

**Julimar da Silva Bichara**

Doutor em Ciências Econômicas, UAM, Espanha

Professor da Universidad Autónoma de Madrid

**Julio Fernando Costa Santos**

Doutor em Economia, UFU

Professor do IERI-UFU

**Lázaro Camilo Recompensa Joseph**

Doutor em Ciências Econômica, Unicamp

Professor da UFSM

**Leonardo Alexandre Peyré Tartaruga**

Doutor em Ciências do Movimento Humano, UFRGS

Professor da UFRGS

**Leonardo Beria Capuano**

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

**Lorena Holzmann**

Doutora em Sociologia, USP

Professora aposentada da UFRGS

**Lucas Brose**

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

**Luciane Franke**

Doutoranda em Economia, UFRGS

**Luciano Luiz Manarin D'Agostini**

Doutor em Economia, UFPR  
Professor do Instituto Federal do Paraná

**Luiz Fernando de Paula**

Doutor em Economia, UNICAMP  
Professor do Instituto de Economia, UFRJ

**Luiza Pecis Valenti**

Doutoranda em Economia, UFRGS

**Marcelo Mallet Siqueira Campos**

Doutor em Economia, UFRGS  
Professor do IFRS

**Marcelo Marques**

Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP e em Administração Pública pela EAESP-FGV

Pesquisador do CND-FGV

**Marco Antonio Macerata**

Especialista em Gestão de Saúde Pública Baseada em Evidências – Hospital Sírio Libanês SP Administrador aposentado da SMS-POA-RS.

**Marco Flávio da Cunha Resende**

Doutor em Economia, Universidade de Brasília  
Professor da UFMG

**Marcos Paulo da Silva Falleiro**

Doutorando em Economia, UFRGS

**Marcos Tadeu Caputi Lélis**

Doutor em Economia, UFRGS  
Professor da UNISINOS

**Maria de Lourdes Rollemberg Mollo**

Doutora em Monnaie, Finance et Banques, Université de Paris X  
Professora da Universidade de Brasília

**Maria Luiza Saraiva Pereira**

Doutora em Genética Molecular, King's College, Londres  
Professora da UFRGS

**Maria Tereza Blanco Strohschoen**

Mestranda em Políticas Públicas, UFRGS  
Graduanda em Ciências Econômicas, UFRGS

**Nadia Bogoni**

Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração  
Professora UPF

**Nathalia Barbosa de Oliveira**

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS

**Natasha Pergher Silva**

Doutoranda em Economia do Desenvolvimento, UFRGS

**Niemeyer Almeida Filho**

Doutor em economia, IE-UNICAMP  
Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU

**Orlando Martinelli**

Doutor em Ciências Econômicas, UNICAMP

Professor da UFSM

**Paulo Henrique Eccel de Araújo**

Mestre em Economia, UFRGS

**Paulo Gala**

Doutor em Economia de Empresas, FGV-SP

Professor da FGV-SP

**Rafael Caminha Pahim**

Mestrando em Desenvolvimento Econômico, UFRGS

Pesquisador do CNPq

**Rafael Leão**

Doutorando em Administração Pública e Governo, EAESP-FGV

Pesquisador do CND-FVG

**Rafael Zunino Marques**

Mestre em Economia, UFRGS

Docente na UniLaSalle

**Rejane Maria Alievi**

Doutora em Administração, UFRGS

**Rodrigo Morem da Costa**

Doutor em Economia, UFRGS

Economista da SEPLAG-RS

**Rogério Chimanski da Fontoura**

Mestrando em economia, UFRGS

**Sarita Mercedes Fernandez**

Doutora em Desenvolvimento Rural, UFRGS

**Simone Deos**

Professora do Instituto de Economia da Unicamp

**Thiago Henrique Carneiro Rios Lopes**

Doutor em Economia, UFMG

Professor na UNIFACS

**Thiago Melo Antonioli**

Doutorando em Economia, UFF

**Tomás Amaral Torezan**

Doutor em Economia, UFRGS

Analista Pesquisador da SEPLAG-RS

**Vinicius Brandão**

Doutorando em Economia, UFF

**Virginia Rolla Donoso**

Mestre em Economia, UFRGS

Membro da coordenação técnica do site Democracia e Mundo do Trabalho

---

**APOIOS**

Novos apoios de professores universitários e pesquisadores de qualquer área ou instituição (ativos ou aposentados), bem como de bacharéis, mestrandos e doutorandos

do campo da Economia, estão sendo recebidos por este formulário: <https://forms.gle/UZucH1Fwfu26uv6BA>.